

Jornal Expresso Quarta,

29 de outubro de 2014

“É indiscutível que este é o pior arranque de ano letivo”

EDUCAÇÃO

TEXTO ISABEL LEIRIA



CONSELHO DAS ESCOLAS José Eduardo Lemos, 52 anos, é diretor da Secundária Eça de Queirós, na Póvoa de Varzim, e foi eleito este ano para a presidência do Conselho das Escolas, um órgão consultivo do Ministério da Educação, mas que ainda não foi tido nem achado sobre os concursos de professores | FOTO RUI DUARTE SILVA

“É indiscutível que este é o pior arranque de ano letivo”

Com o 1º período a meio, os problemas e atrasos na colocação de professores ainda não estão totalmente solucionados. Segundo o próprio Ministério da Educação, na passada segunda-feira estavam ainda por atribuir quase 300 horários e perto de 200 estavam em fase de aceitação, devendo alguns ser recusados. Em entrevista ao Expresso Diário, o presidente do Conselho das Escolas, José Eduardo Lemos, reconhece que nunca assistiu a um arranque de ano letivo tão complicado.

Já tem todos os professores na sua escola?

Neste momento faltam-me quatro: de Economia, Informática, Artes Visuais e Religião e Moral Católica. Os professores que me faltam já não são de nenhuma disciplina sujeita a exame nacional.

Há quanto tempo está à frente da escola?

Fez 20 anos no passado dia 1 de julho.

Este é o pior ou dos piores arranques de ano letivo que já viveu?

É indiscutível que é o pior. Já tivemos dificuldades em 1994 com a falta de pessoal não docente e tivemos dificuldades com a colocação de professores em 2004. Mas nunca vi tanta angústia e constrangimentos com a falta de professores, sobretudo em relação às disciplinas sujeitas a exame nacional. É de facto o ano mais difícil.

Surpreende-o que nenhum responsável político do Ministério da Educação (ME) se tenha demitido?

Sobre isso direi apenas: já nada me surpreende.

O que é que falhou? Foi só uma questão do erro na fórmula que serviu para ordenar os candidatos?

De maneira nenhuma. A primeira falha foi a falta de planificação de todo o processo de colocação de professores. A segunda falha teve a ver com os próprios concursos. Não se compreendeu por que é que, no concurso nacional, foram colocados um, dois, três professores e mais, sem que as escolas o pedissem e que hoje estão sem aulas para dar e a desenvolver outras atividades. Por outro lado, houve diretores que tinham interesse em renovar contratos com professores que reuniam todos os requisitos para tal e que não conseguiram fazer essa renovação, ficando os lugares vagos.

Mas esses problemas no concurso nacional (colocação central a partir da lista de graduação nacional) não tiveram a dimensão dos problemas da bolsa de contratação de escola (BCE), a que têm de recorrer as escolas com contrato de autonomia e territórios educativos de intervenção prioritária.

A BCE também correu muito mal porque, em primeiro lugar, era um concurso novo que exigia uma preparação prévia com os diretores das escolas, um calendário muito bem feito de operações - e nada disso foi feito. Também era aconselhável que as candidaturas dos professores fossem previamente validadas pelas escolas, no sentido de verificar a correção das respostas aos vários critérios.

Isso significa que pode estar a haver colocações de professores que não cumpriam ou que mentiram nos critérios pedidos pelas escolas?

Admito que possa haver casos desses. Mas o problema é que os diretores não tiveram à sua disposição os meios para verificar as candidaturas. Eu tive um professor a trabalhar na minha escola quase um mês e, só ao fim desse tempo, quando o ME enviou os dados que me permitiam confirmar os dias de serviço que aquele professor dizia ter em determinado cargo, é que constatei que não era bem assim. Ao fim de um mês a dar aulas, tive de denunciar o seu contrato. Isto aconteceu-me com vários professores. Não significa que tenham prestado falsas declarações de propósito, mas tão só que as questões se prestavam a várias interpretações. Eles próprios não sabiam para que escolas estavam a concorrer. Tinham uma listagem enorme de critérios, alguns dúbios na formulação, que podiam induzir em erro. Todo o concurso foi iniciado tarde de mais. A título de exemplo, foram dados prazos de um dia e os diretores instados por telefone, completamente fora de horas, para realizar procedimentos. Por outro lado, as rescisões de contrato por mútuo acordo com docentes deviam ter sido conhecidas antes de agosto, para que se pedisse os horários que iam ser libertados e isso não aconteceu. Outro problema grave foi o ME autorizar destacamentos de docentes para outras instituições depois de 15 de setembro, com as aulas iniciadas e as turmas atribuídas. Tudo isto perturbou o funcionamento da BCE.

E houve a questão das múltiplas colocações, com os candidatos a serem chamados por duas, três e até o caso extremo de uma centena de escolas. Isto não é a prova que é muito mais complicado serem as escolas a recrutar professores, por oposição à seleção através de uma lista graduada única a nível nacional, como pedem os sindicatos?

Cada escola tem uma bolsa e cada professor tem o direito de concorrer às escolas que entender, escolhendo depois a que mais lhe interessa. Se os professores pudessem fazer esta gestão das suas colocações em finais de agosto, princípios de setembro, havia tempo e o assunto ficaria resolvido antes de se iniciarem as aulas. O problema este ano é que a gestão das múltiplas colocações está a ser feita neste momento, quando há professores em falta nas escolas, o que agrava o problema.



FOTO JOSÉ VENTURA

Defende então que os diretores devem ter alguma margem de autonomia na seleção dos seus professores?

Defendo que devem colocar professores para satisfazer as necessidades residuais e a prova de que as escolas podem fazê-lo está dada. Veja-se que, nos últimos cinco anos, as escolas com autonomia e territórios educativos de intervenção prioritária contratavam docentes e nunca houve os problemas que ocorreram este ano, fruto da centralização imposta. Este ano, o ME centralizou o processo e quando percebeu que não era capaz de colocar os professores transferiu para as escolas alguns procedimentos que possibilitaram que o processo fosse acelerado, resolvendo-se numa semana grande parte dos problemas que não foram resolvidos nas seis semanas anteriores, até 17 de outubro. Isto prova que as escolas fizeram melhor e mais depressa que os serviços centrais do Ministério da Educação.

E como se evita situações passadas, como a realização de concursos à medida por parte de escolas, que definem critérios tão apertados que só servem a um ou dois candidatos?

Evita-se agindo sobre os abusos ou ilegalidades detetadas. Se houve escolas a quem foram apontados critérios menos razoáveis no passado, o ME tinha o dever e detém os meios de verificar essas situações, intervir e mandar reformular. Havendo algumas críticas, o ME centralizou o processo pensando que resolvia o problema. Está à vista o que aconteceu. Faltam dezenas ou centenas de professores nas escolas.

Ainda é possível compensar os atrasos e colocar os alunos em pé de igualdade perante os exames nacionais?

Acho que é impossível colocar os jovens em pé de igualdade. Mesmo que seja possível recuperar a matéria não lecionada, será uma recuperação feita em tempo recorde com uma sobre-ocupação dos tempos livres dos alunos. Para se poder aprender bem há um ritmo certo e adequado. Nós vamos tentar repor as aulas, mas vai haver uma pressão extra, com os alunos a ter mais aulas por semana e a matéria dada a um ritmo mais acelerado. Ou seja, eles podem chegar ao exame com a matéria lecionada. Mas em posição de igualdade acho que não.

Adiar ou suspender os exames este ano, como pedem alguns pais, era uma solução?

É preciso ter em atenção que os exames são diferentes consoante o ciclo. No secundário têm uma importância acrescida, porque servem para concluir o ciclo de estudos, mas também para aceder à faculdade. Eu acharia errado que o ME suspendesse os exames. Eles estão previstos e devem ser realizados. Já adiar o calendário ou eventualmente atribuir-lhes um peso inferior em relação ao que a lei determina seriam possibilidades mais admissíveis.

Qual foi o impacto dos atrasos no caso da sua escola?

Em duas turmas, os alunos perderam 42 horas de aulas de Geografia e noutras 42 horas de Espanhol, disciplinas às quais têm exame nacional. São seis semanas de aulas a menos desde 15 de setembro. Os professores colocados estão a ver de quantas aulas precisam para recuperar a matéria. Vamos eliminar todas as atividades não letivas que impliquem perder mais alguma aula, os professores tentarão poupar tempo de aula com revisões e correção de testes. E disponibilizaremos aos alunos algumas horas de aulas suplementares durante a semana. A nossa preferência será reforçar, nos cinco dias úteis, em horas livres dos alunos e dos professores.

Isso vai implicar pedir ao Ministério que pague horas extraordinárias?

Vamos ter de pedir para completar horários incompletos de professores e, em alguns casos, recorrer a horas extraordinárias.

Acha que o ME vai atender a esses pedidos?

Acho que não tem outra saída. Se é responsável pelos atrasos, deverá apoiar as soluções encontradas pelas escolas. É o mínimo.

Enquanto presidente do Conselho das Escolas, que é um órgão consultivo do ME, que conselho daria à tutela para que os problemas deste ano não se repitam?

O ME não chamou o Conselho para se pronunciar sobre o que está a acontecer este ano, nem sobre o que pode ser feito para evitar problemas futuros. Quando for chamado, dará a sua opinião.

Inserido a partir de <http://leitor.expresso.pt/#library/expressodiario/29-10-2014/caderno-1/temas-principais/03_TP-Educacao>